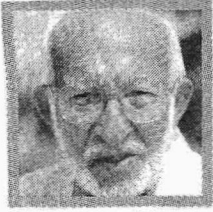


PIONEIROS



Sully Alves de Souza

Responsabilidade pelas questões legais do IAPI em Brasília

Arquivo pessoal



BIANCA CHIAVICATTI

ESPECIAL PARA O CORREIO

A idéia de impulsionar o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro a partir da construção de uma nova capital no Planalto Central nunca lhe pareceu estranha, nem promessa de candidato. Admirador de Juscelino Kubitschek, o advogado Sully Alves de Souza, hoje com 88 anos, recorda de quando, em 1957, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPÍ) informou que indicaria alguém para acompanhar as obras da construção de Brasília. "Ninguém queria vir, então eu me ofereci", conta.

Sem o menor constrangimento por deixar o Rio de Janeiro em direção a uma região pouco conhecida, Sully passou a resolver os problemas que envolviam questões legais nas obras de responsabilidade do IAPÍ, como a preparação das escrituras das superquadras 105, 305, 409 e 410 da Asa Sul.

Grande parte dos recursos para custear as construções do Plano Piloto era proveniente dos institutos de Previdência Social porque naquela época, como explica o advogado, o pagamento de benefícios utilizava 70% dos recursos disponíveis, sobrando uma margem de 30% para outros investimentos. "Os institutos compraram as quadras em dinheiro e receberiam o

valor de volta após a venda dos apartamentos", revela. "Quando os apartamentos foram vendidos, entretanto, o valor investido não retornou por completo porque não havia ainda lei de correção monetária", completa.

Trabalhar com a Justiça junto ao IAPÍ permitiu a Sully conhecer detalhes dos bastidores da construção de Brasília pouco divulgados. A forma com que a matéria-prima para as obras era adquirida pelo governo, por exemplo, refletia a maneira como as coisas eram resolvidas aqui, de forma rápida e prática, sem muita burocracia.

"As empresas ofereciam os produtos nos acampamentos, os engenheiros examinavam a qua-

lidade do material e preenchiam recibos do negócio realizado, como em outra construção qualquer", conta. A informalidade era tamanha que a necessidade de se realizar concorrência para escolher as firmas com as quais o governo trabalharia terminou sendo discutida em uma das reuniões que os Institutos de Previdência faziam periodicamente com o presidente JK. Chegou-se à conclusão que, por ser uma obra financiada com dinheiro público, as empresas fornecedoras de material deveriam ser escolhidas segundo o melhor preço.

Mas a determinação expressa inúmeras vezes por JK de não deixar as obras pararem limitava

o poder da legislação até a inauguração. "Uma firma ia vencer a concorrência das quadras 409 e 410 Sul, mas no seu histórico só constavam prédios de dois andares", conta o advogado. "Não acreditei na garantia de conclusão das obras e desclassifiquei a firma", exemplifica.

Até 1960, Sully não precisava mudar-se para cá definitivamente, mas vinha com frequência, às vezes acompanhado da esposa, Lucy Alves de Souza. Neste período, ficava hospedado em uma das casas de madeira que o IAPÍ construía na quadra 105 Sul, até 1959, e depois em um apartamento na 410 Sul.

Quando voltava ao Rio de Ja-

neiro, onde a família morava, o espanto e a curiosidade das pessoas eram generalizados. "Não se falava em outra coisa e muita gente achava maluquice do JK construir uma cidade inteira no meio do mato", recorda. "Os estrangeiros não entendiam como um país pobre como o Brasil se embrenhava na aventura de construir uma capital com palácios", completa.

**SULLY FICOU
RESPONSÁVEL PELA
PARTE LEGAL DAS
QUADRAS CONSTRUÍDAS
PELO IAPÍ**

PIONEIROS

O advogado se ofereceu para vir para a cidade quando o IAPI procurava alguém para acompanhar as obras da nova capital, em 1957. Alguns anos depois, trouxe a família do Rio para ficar

ASSIM QUE A ESTRUTURA PERMITIU, SULLY TROUXE A MULHER E OS FILHOS PARA A CAPITAL. HOJE JÁ TEM NETOS E BISNETOS BRASILIENSES

Interessado por tudo o que noticiavam sobre a nova capital, lembra de um episódio em que uma jornalista francesa, em visita ao futuro Distrito Federal, disse a JK que era loucura fazer uma capital no meio do Cerrado. “Ele respondeu que loucura era deixar o Cerrado deserto”, diverte-se.

Em 1960, depois da inauguração, Souza mudou-se para Brasília a bordo de uma Kombi com a placa 15028 — era o vigésimo oitavo automóvel registrado no Distrito Federal. Com ele, vinham os advogados Flávio Barroso e Luiz Dusi e o engenheiro Araquem Bastos Ribeiro.

Com a mudança da família poucos meses depois, Sully passou a viver em um apartamento da 105 Sul, quadra que o IAPI acabava de concluir. “Enquanto construía a quadra, além das casas de madeira para engenheiros e a cantina onde comíamos, o IAPI manteve um apartamento mobiliado e sempre pronto para hospedar as autoridades que vinham a Brasília, como o ministro do Trabalho, Parsifal Barroso”, conta.

Clube de Regatas

O maior problema da cidade nos primeiros anos após sua inauguração, para o advogado, era a falta de opções de lazer. Por outro lado, este fato reforçou muito os vínculos de amizade que eram criados aqui. As famílias tinham mais contato entre si, realizavam confraternizações, reuniões e churrascos.

A abertura de clubes e o sistema de ensino da cidade também supria esta carência por entretenimento. Os clubes eram



“**OS INSTITUTOS COMPRavam AS QUADRAS EM DINHEIRO E RECEBIAM O VALOR DE VOLTA APÓS A VENDA DOS APARTAMENTOS**”

o principal ponto de encontro de adultos e adolescentes. Souza, por exemplo, tornou-se, por acaso, em 1961, presidente do

Clube de Regatas Guará, que tinha sede instalada na W3 Sul. “Fui convidado e terminei aceitando”. Pouco conhecido hoje em dia, o advogado diz ter trazido em 1962 o Botafogo para jogar com o time do clube num torneio realizado onde hoje está o Setor de Postos e Motéis, próximo ao Núcleo Bandeirante.

E as crianças passavam o tempo divididas entre as atividades das Escolas Classe e Escolas Parque. Uma era dirigida ao ensino regular, e a outra era voltada para as artes e os esportes. A criança passava um período do dia na escola classe e outro na escola parque.

Além do IAPI, onde trabalhou até 1986, Souza também foi professor da Universidade de Brasília durante o regime militar, entre 1964 e 1979, fazendo parte do Setor de Direito e Política. “Quando os professores da universidade foram afastados pelos militares, o governo fez um seleção de outros profissionais para substituí-los e

eu passei”, conta. Durante os 15 anos que permaneceu na UnB, o advogado produziu uma pesquisa, publicada pela Universidade de Minas Gerais (UFMG), em 1971 — A Política das Constituições Contemporâneas.

Em 1986, quando deixou o IAPI, passou a advogar na área de Direito Tributário e Previdenciário. Também foi presidente da Junta de Recursos da Previdência Social no Distrito Federal e membro do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Da Brasília de hoje, Souza não tem do que reclamar. Gosta de tudo, inclusive do clima seco. Acredita ter dado certo a experiência humana de reunir brasileiros de todos os estados e pessoas das mais diversas origens e culturas no centro do país. Sobre o futuro da cidade, acha que falta ainda a definição legal dos limites geográficos de Brasília, que na Constituição Federal permanece definida com uma frase: “Brasília é a capital federal”.

Raio X

Nome: Sully Alves de Souza
Idade: 88 anos
Origem: Belém, Pará
Profissão: Advogado
Ano de chegada a Brasília: 1957
Esposa: Lucy Stumpf Alves de Souza
Filhos: André Gustavo e Ricardo
Netos: Giselaíne, Gustavo, Mateus, Daniel, João Pedro, Mário, Micaele, Mariana e André Júnior
Bisnetos: Gabriela, Lívia, Júlia, Clara, Joana e Rafael